

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 14

# DESCOBRIMENTOS, EXPANSÃO E IDENTIDADE NACIONAL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1992

## A IDEIA COLONIAL EM PORTUGAL (1875-1914)

### 1. *Estratégias da expansão europeia na África centro-austral — o impossível "novo Brasil"*

O plano de construção de um caminho de ferro do Cabo ao Cairo arquitectado em pleno auge da era vitoriana por Cecil Rhodes (um dos grandes obreiros do império britânico), com vista a assegurar a primazia da Inglaterra no continente africano, não só colidia com as ambições então manifestadas por outras potências europeias como impedia a concretização da velha aspiração portuguesa de construir um "novo Brasil" em África unindo Angola à contracosta. O *Ultimatum* que, em 11 de Janeiro de 1890, exigiu do Governo de Lisboa a retirada imediata das forças militares implantadas no Chire e nos países dos Makololos e Machonas apresentando como alternativa o corte de relações diplomáticas e um possível recurso à força vinha, deste modo, confirmar a incompatibilidade dos projectos africanos das duas nações aliadas e o interesse excepcional da Inglaterra no domínio dos referidos territórios, que hoje formam a Zâmbia, o Malawi e o Zimbabwe.

Para se avahar da rapidez do processo vulgarmente designado por "corrida europeia às colónias africanas" bastará ter presente que, nos finais da década de 1870, eram ainda restritas as áreas do continente africano sob o domínio das nações europeias e que, logo na alvorada do século XX, a África se encontrava já dividida em quase meia centena de unidades coloniais cuja soberania era reclamada, ou efectivamente exercida, pelas respectivas metrópoles. \*

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Pensa-se hoje que a partilha quase repentina da África se deveu essencialmente ao aparecimento na "cena africana" de uma ou duas nações europeias que não tinham colónias nem exerciam qualquer influência no continente negro. Ter-se-ia assim perturbado o equilíbrio do poder e da influência preexistentes e precipitado "um estado de histeria internacional em que todas as potências se apressaram a reclamar a soberania política e a negociar furiosamente umas com as outras para obterem o reconhecimento nesta ou naquela região" 0).

O rei Leopoldo II da Bélgica é amplamente reconhecido como o estadista europeu que mais terá contribuído para adensar a "atmosfera" de competição que acompanhou este processo. Com efeito, pondo à prova uma invulgar capacidade pessoal e utilizando o seu estatuto de soberano para sensibilizara diplomacia internacional, com o argumento filantrópico de "cravar o estandarte da civilização no solo da África central, cruzada digna deste século" (2), o rei dos Belgas arquitectava um projecto original visando transformar o Congo numa colónia sua, cuja exploração havia de assentar num apertado monopólio comercial. Da célebre Conferência Geográfica de Bruxelas, convocada pelo próprio Leopoldo II em 1876 e cuidadosamente preparada através da imprensa e dos contactos internacionais, resultava a criação da Associação Internacional Africana destinada a fundar uma cadeia de estações comerciais e científicas na África central, entre o Índico e o Atlântico, a coberto da qual o soberano belga prepararia o caminho para o reconhecimento europeu da sua soberania na área da bacia do Zaire. Em breve e antes mesmo do encerramento da Conferência de Berlim nos meados da década de 1880, era reconhecido o "Estado Livre do Congo" sob a tutela do rei Leopoldo II e confiado pela Santa Sé às missões católicas belgas. Tenha-se em conta ainda, que Stanley — o famoso explorador inglês ao serviço da Associação Internacional Africana — após a memorável travessia que efectua, descendo o Zaire, nos anos de 1876 e 1877 e que descreve na sua obra intitulada *Através do Continente Misterioso*, publicada em Paris em 1879, apresentava os primeiros resultados das suas importantes explorações dando a conhecer que aquele rio era, na realidade, a grande via de penetração na África central e que a

(9) Roland Oliver e J. D. Fage, *Breve Historia de África*, Lisboa, Sá da Costa, 1980, pp. 210-212.

(2) Traduzido de Jean-Louis Miège, *Expansión europea y descolonización de 1870 a nuestros días*, Barcelona, Nueva Clío, 1975, p. 35.

sua foz tinha um valor comercial e estratégico excepcional. Os tratados entre emissários europeus e potentados locais multiplicaram-se a partir de então fazendo prever o fim da época da exclusividade comercial e militar portuguesa no interior da África centro-austral, ao mesmo tempo que o despertar da curiosidade geográfica ia superando o conhecimento empírico dos Portugueses. E curioso notar, a este propósito, que o conhecimento das áreas interiores transmitido até aí pelos *sertanejos*, *pombeiros* e *aviados* <sup>(3)</sup>, que utilizavam o português como língua franca, foi perdido com a interrupção do tráfico de escravos e à medida que a concorrência dos exploradores científicos, oriundos de outros países, minava o monopólio português do "diálogo" entre a Europa e as sociedades africanas. Silva Porto apercebera-se deste fenómeno logo nos meados do século XIX chamando a atenção para a urgência da actualização dos Portugueses em matéria de exploração geográfica não podendo, por certo, esquecer que David Livingstone — o missionário-explorador escocês que em 1853 se cruzara consigo no Barotze — após ter anotado todas as informações pedidas, o ignorara completamente apresentando-se perante os indígenas como "o único branco". Refira-se que as viagens de penetração efectuadas nas áreas de influência portuguesa, por *sertanejos* ou por comerciantes luso-africanos até aos finais do terceiro quartel do século XIX, não tinham conseguido despertar a atenção do mundo exterior, por falta de meios de difusão eficazes. Os escritos de Silva Porto, só recentemente publicados, são disso exemplo. Pelo contrário, os relatos de David Livingstone foram rapidamente divulgados e traduzidos para as principais línguas europeias sendo de crer que a imagem negativa sobre a actuação portuguesa em Moçambique, transmitida na Europa por este explorador, viesse a ter profundas e imediatas repercussões em Portugal contribuindo para que se reactivasse o interesse pela África que assim voltava a ser, como diria René Pélissier, "tema de agitação em redor do trono".

A data da fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 10 de Novembro de 1875, pode ser apontada como o momento da tomada de consciência no seio da sociedade portuguesa para os problemas ultramarinos e muito particularmente para as questões relacionadas com as colónias africanas.

<sup>(3)</sup> *Sertanejo*: europeu residente no mato; *pombeiro*: termo usado principalmente em Angola para designar o comerciante de longo curso que percorria o sertão (*pombe*) viajando muitas vezes por conta própria; *aviado*: caixeiro-viajante representando no mato uma firma implantada no litoral.

Andrade Corvo, ao mesmo tempo cientista, homem de letras e diplomata assumira, no ministério de Fontes Pereira de Melo, em 1871, as pastas dos Negócios Estrangeiros e da Marinha e Ultramar afirmando-se como continuador dos ideais ultramarinos de Sá da Bandeira e dando, desde logo, o seu apoio a Luciano Cordeiro na fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa. Este organismo, que congregava uma vasta elite formada por professores do ensino superior civil e militar, elementos das profissões liberais, do comércio, da indústria e do exército propunha-se, à semelhança das Sociedades de Geografia europeias criadas a partir dos inícios do século XIX, não só promover a divulgação dos novos conhecimentos geográficos utilizando-os da melhor maneira em proveito nacional, como concentrar esforços no sentido de garantir a posição portuguesa no movimento expansionista da Europa industrial. Efectivamente, a Sociedade de Geografia de Lisboa viria a tornar-se, nos anos seguintes, o fulcro do renascimento colonial português e o lugar onde se traçavam, de acordo com o Governo, os futuros planos de actuação nos domínios ultramarinos. O próprio Luciano Cordeiro afirmaria, aliás, no decurso de uma das sessões daquela Sociedade, logo em 1876, que uma das ideias principais que tinham presidido à sua fundação, fora "o reconhecimento da urgente necessidade e do imperioso dever imposto a Portugal pelas suas tradições, pela sua situação de segunda potência colonial da Europa, pelos seus grandes interesses económicos e políticos de além-mar, de entrar definitivamente no movimento espantoso que as ciências, os estudos e as explorações geográficas estão exercendo lá fora; e que sendo uma das fases mais interessantes e mais acentuadas desse movimento o problema africano, desde os seus primeiros passos no trabalho desta fundação, ele e os outros fundadores da sociedade tinham reconhecido e assentado que uma Sociedade geográfica portuguesa deveria necessariamente começar por ocupar-se vivamente daquele problema, que encerrava para a nossa pátria uma questão vital. E que era com profunda mágoa que ela nesta ocasião se recordava do patriótico entusiasmo e prudente conselho com que neste sentido o havia incitado e animado um dos homens a quem mais devem as nossas colónias, o Sr. Marquês de Sá da Bandeira" (4). Na realidade, se

(4) "Actas das Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa" de 7-7-1876, excerto transcrito por Ângela Guimarães, *Uma Corrente do Colonialismo Português — A Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*, Lisboa, Horizonte,

a curiosidade geográfica e o interesse pela ciência eram os objectivos fundamentais da Sociedade de Geografia de Lisboa, como constava dos respectivos estatutos, não há dúvida de que o discurso de Luciano Cordeiro, acima evocado, deixa igualmente claro o seu carácter expansionista e utilitário, ao evidenciar "os grandes interesses económicos e políticos de além-mar" e o cunho "vital" da questão africana, já que dela parecia depender a própria sobrevivência da Pátria. Ao mesmo tempo que defendia o princípio, indiscutível nessa época, da superioridade da civilização ocidental, marcada pelo racionalismo e pelos progressos técnicos e científicos, a Sociedade de Geografia de Lisboa aceitava ainda nessa altura, se bem que no plano restrito das ideias, certos valores contemplados na Carta Constitucional como era o caso, por exemplo, da extensão da cidadania às colónias. No entanto, e contrariamente à doutrina defendida em França por Leroy-Beaulieu que privilegiava sobretudo a "exportação de capitais", os fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa pretendiam orientar para as colónias a forte corrente de emigração que tradicionalmente era atraída para outras rotas manifestando assim "a plena consciência da relação íntima que existe entre o desenvolvimento da economia capitalista nacional e uma lucrativa exploração colonial" (5). Neste sentido se defendia a adopção de medidas proteccionistas e um aproveitamento dos espaços coloniais que permitisse o arranque industrial da metrópole fornecendo as matérias-primas e absorvendo os produtos manufacturados. Compreende-se, pois, que a criação em Lisboa, sob o impulso de Andrade Corvo, de uma Comissão de Obras Públicas destinada a alargar a rede de comunicações nas colónias, nomeadamente em Angola, fizesse parte de um projecto oficial mais vasto, ao mesmo tempo de exploração geográfica e de afirmação política em toda a região do Zaire. O capitão do exército Serpa Pinto e os oficiais de marinha Brito Capello e Roberto Ivens, foram enviados pela metrópole como exploradores tendo efectuado as travessias de oeste a leste da África Central e desenvolvido importantes pesquisas hidrográficas, geográfico-naturais, etnográficas e linguísticas, logo difundidas na Europa e reconhecidas internacionalmente como um contributo significativo para o conhecimento daquela região da África.

1984, pp. 23-24. O Marquês de Sá da Bandeira, falecido em 1876, fora inscrito na lista dos fundadores da S.G.L. e sob a sua égide foi realizada a sessão Solene que celebrou a sua fundação.

(5) *Ángela Guimarães, ob. cit., p. 96.*

Num tempo em que a geografia familiarizava a opinião pública para as questões coloniais e parecia mesmo ter-se convertido na "filosofia da terra" (6), o sucesso destas explorações dera origem ao "despertar" de Lisboa para uma nova etapa de expansão no continente africano, ainda que o entusiasmo se restringisse essencialmente ao plano legislativo, pela escassez de meios e de homens. Andrade Corvo não deixaria de registar, poucos anos depois, as suas impressões sobre este ponto relembrando que "a província de Angola não tem cessado de desenvolver a sua produção e commercio, desde a abolição legal do tráfico da escravatura. Contudo, para as facultades productivas da provincia — que são muitas e mui poderosas — não pode deixar de se reconhecer que tem sido demasiado lentos os progressos realizados. Tres são as causas principaes d'esse lento desenvolvimento: a continuação na provincia do trabalho servil; a falta de capitães; a falta de vias de comunicação. A estas podem ainda juntar-se duas causas bastante poderosas: a falta de emigração regular de europeus laboriosos; e talvez a continuada introdução na provincia de criminosos condemnados a degredo" (7). Tenha-se ainda em conta que, nesse preciso ano de 1878, que fora de incontestável triunfo para os exploradores portugueses, surgiam os primeiros sinais da ameaça britânica em Angola coincidindo com a chegada das missões baptistas inglesas ao "mui católico" reino do Congo, portadoras da "heresia" e da instabilidade que iria dificultar, daí por diante, a acção missionária católica, ali desenvolvida por padres franceses e portugueses.

Andrade Corvo, que entre 1869 e 1870 exercera funções como Ministro de Portugal em Madrid e tivera ocasião de verificar que a ideia da união ibérica permanecia viva nos meios políticos espanhóis procurava, por isso mesmo e por todos os meios, concretizar uma política de convénios com a Grã-Bretanha não deixando de aproveitar a influência do Ministro britânico em Lisboa e seu amigo pessoal, Robert Morier, para levar a bom termo as negociações relativas a Lourenço Marques e à bacia do Zaire (duas importantes questões então pendentes) e defender uma estreita cooperação colonial entre

(b) Imagem utilizada por La Roncière de Moury, no "Discurso de Inauguração do Congresso Internacional de 1875": Jean-Louis Miège, *ob. cit.*, p. 17.

0 João de Andrade Corvo, *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, vol. I, Lisboa, 1883, pp. 204-205.

as duas partes, numa "perfeita harmonia" de interesses. Não seria no entanto possível a este estadista prosseguir as conversações sobre a questão do Zaire, em virtude do seu afastamento definitivo das lides ministeriais, após a queda do governo de Fontes Pereira de Melo, em 1 de Junho de 1879. Por isso, e ao contrário do que até aqui acontecera, a posição de intransigência e de distanciamento por parte de Portugal em relação à Grã-Bretanha irá caracterizar as décadas seguintes sendo o novo Ministro Barbosa do Bocage o mais acérrimo defensor de tal política apoiando as propostas da Sociedade de Geografia de Lisboa no sentido de se proceder, antes de tudo, a "um balanço das forças nacionais disponíveis para investir na competição" (8). Logo em 1881 era aprovado um "Apelo ao Povo Português em Nome da Honra, do Direito, do Interesse e do Futuro da Pátria" com vista a lançar uma "Subscrição Nacional Permanente destinada ao Estabelecimento de Estações Civilizadoras nos Territórios Sujeitos e Adjacentes ao Domínio Português em África". Esta iniciativa era semelhante à que havia sido proposta em 1876 em Bruxelas, por Leopoldo da Bélgica e que logo fora posta em prática pela Associação Internacional Africana, quando enviou as suas primeiras expedições destinadas a estabelecer comunicação costa a costa, entre o Zaire e Zanzibar e aí fundar estações com o objectivo expresso de "abrir a África à civilização". Era assim que os Ingleses se instalavam no Chire e os Alemães projectavam bloquear as pretensões portuguesas na região da Lunda e no Cunene.

O folheto distribuído ao povo português contendo o já citado "apelo", era ilustrado com um pequeno mapa que indicava a cor escura as áreas onde deveriam ser instaladas as "estações civilizadoras" portuguesas revelando um perfeito conhecimento das iniciativas estrangeiras empreendidas até aí. Os rios Zaire e Niassa e uma projectada linha de junção de Angola e Moçambique mereceram desde logo toda a preferência para a instalação de fundações civilizadoras seguindo-se o estabelecimento de posições na margem esquerda do Cunene e na bacia do Cubango, que constituiriam uma fronteira sul e ainda no Zumbo e ao longo do curso do Zambeze, com vista a assegurar a união das duas províncias, em pleno coração da África negra. Não restam hoje dúvidas de que este plano português de 1881 ultrapassava em dimensão e rigor todos os projectos então architectados na Europa em relação à África centro-austral

(8) Ângela Guimarães, *ob. cit.*, p. 21.



correspondendo a localização das estações civilizadoras exactamente "aos pontos nevrálgicos adequados à defesa e expansão das posições portuguesas" (9). Compreendem-se, a partir daqui, os conflitos gerados em tomo do projecto imperial português e os avanços e recuos observados no decorrer do processo da partilha da África, ao longo das décadas seguintes. A metáfora das "bolas de bilhar" adequada à caracterização do movimento dos vários estados europeus que, ora marcham a par, ora se agitam e se chocam sob o impulso dos interesses e dos ideais e, quantas vezes, ao sabor do sucesso, do malogro ou do acaso. E ao mesmo tempo que o argumento dos chamados "direitos históricos" reivindicados por Portugal com base na prioridade das descobertas ia perdendo a eficácia nos meios internacionais, acentuavam-se as rivalidades e a competição das principais potências europeias suscitando a apreensão e os receios entre os próprios colonos portugueses. A França alimentava importantes projectos na África Ocidental, no Egipto, na Tunísia e em Madagáscar tendo enviado o conde Savorgnan de Brazza a explorar o Congo e a implantar naquela área a presença francesa. É igualmente bem conhecido o interesse francês pela *Senegambia* portuguesa, (actual Guiné-Bissau), sobretudo pelo arquipélago dos Bijagós sabendo-se que a presença dos "guerreiros diplomatas" ou dos "pretendidos sábios exploradores" era sobejamente incómoda aos colonos portugueses ali residentes. São, de resto, bastante sugestivas as referências feitas, a este respeito, pelo Vigário da Guiné, Marcelino Marques de Barros, em carta enviada ao Ministro da Marinha e Ultramar em 1880, toda ela perpassada de apreensões quanto ao futuro da presença portuguesa naquela área da costa africana e acusando sobretudo os Franceses dos desacatos e insolências que ali se praticavam (10). As advertências deste velho

(9) *Idem, ibidem*, p. 42.

(10) "Carta do Vigário da Guiné ao Ministro da Marinha e Ultramar", Arquivo Histórico Ultramarino, *Guiné, doc. 442*, 1880. Escrevia o Vigário que "O francês mais insignificante, ao penetrar neste nosso pequeno Brasil concebe ideias ambiciosas taes, estabelece desde logo planos tão certos que é uma maravilha.

Pelos annos de 1825 a 1830 appareceu como ave de arribação um naturalista francez por nome Bocandé que valendo-se da sua actividade e talentos percorreu todas estas paragens, estudou a sua fauna e flora, bem como os usos e costumes e linguas destes povos, fez sondas, amontoou collecções, e sabe Vossa Excelencia qual foi o resultado de seus trabalhos em 20 annos? — A confecção de um mappa exacto de toda esta provincia em que determinou

missionário ao governo da metrópole vinham comprovar, uma vez mais, que os atropelos aos "direitos históricos" reivindicados por Portugal, se avolumavam desde há décadas e tomavam nesta altura renovadas proporções não só na costa da Guiné mas sobretudo na África centro-austral.

Quanto à Inglaterra, era cada vez mais evidente o abandono da ideia anti-imperialista e da política de comércio livre não abdicando, ao mesmo tempo, das vantagens comerciais que usufruía na região do Zaire e aproveitando as facilidades resultantes da abertura do Canal de Suez, que permitia aos Britânicos acesso fácil à Ásia e às vastas áreas do coração da África negra. Explica-se assim que, a partir dos inícios da década de 1880, a imprensa portuguesa despertasse a atenção pública evidenciando os perigos que pareciam estar iminentes sobre os interesses e o domínio colonial português na costa ocidental da África a sul do equador e que a política ultramarina fosse cada vez menos favorável às imposições britânicas sobretudo em matéria económica. Com efeito, a célebre "questão do Zaire" tão evidenciada nos jornais da época, não envolvia apenas o problema da delimitação das fronteiras mas sobretudo a reivindicação dos direitos comerciais. Valentim Alexandre afirma com razão que, "paralelamente à questão da delimitação territorial na zona do Niassa ou na do Congo, segue uma outra, não menos aguda, onde estão em

com tinta vermelha os pontos cuja ocupação as colónias francezas teriam de realizar no futuro (os francezes têm o cuidado de exhibir este trabalho, cujos exemplares são raros, somente aos que lhes não são suspeitos). (...) Compreende-se perfeitamente o jogo: as populações e commercio dos nossos prezidios serão com o andar do tempo absorvidos pelo commercio e prezidios francezes. (...) Andando eu nas missões de Bolor e Jafunco e de Varella em 1867, o famoso francez Alexis Muchard, obteve dos felupos de Jafunco a cedencia de uns 20 metros quadrados de lodo que, depois de aterrado começou por estabelecer a sua feitoria de Santa Maria, em barracas de cana e capim. Não é nada aos olhos de muita gente; para mim é simplesmente o ninho informe de uma ava de rapina. — A destruição de Bolor é uma das consequências fataes de aproximação d'aquella, por enquanto, miserável feitoria estrangeira.

— É incontestável que ainda não se encontraram provas positivas de conspiração do Alexis Muchard contra a integridade nacional; mas também esperar semelhante procedimento de um francez polido é desconhecer as tendencias e o espirito das nações. — Honorio Barreto embirrava com os ingleses; eu receio mais as evoluções silenciosas e sublimes da Aguia do que o rugir franco e leal do Leopardo".

jogo a livre navegação do Zambeze, o peso dos direitos de trânsito, as pautas de Angola" O<sup>1</sup>).

O tratado entre Portugal e a Inglaterra, ultimado em 1884, através do qual se estabelecia no Zaire um condomínio luso-britânico, acabaria em breve por ser alvo dos protestos internacionais mostrando-se a própria Grã-Bretanha desinteressada em defendê-lo, no momento em que a França, a Holanda e a Bélgica o punham em causa e o próprio Bismarck se dispunha a internacionalizar a referida questão. O ministro português Barbosa du Bocage, tentando desde logo subtrair-se à tutela britânica, ele próprio sugere a realização de uma conferência internacional que acabaria por ter lugar em Berlim, nos anos de 1884-1885. Nesta data, Hermenegildo Capello e Roberto Ivens, finalizavam a sua grande travessia de África de Angola à contracosta, reavivando as pretensões portuguesas ao domínio de regiões interiores entre Angola e Moçambique. Mas a Conferência de Berlim, contrariamente ao que muitas vezes se tem afirmado, não decidiu as regras da partilha da África pelas nações europeias nem alterou gravemente a posição portuguesa nesse continente limitando-se a exigência da ocupação efectiva apenas às áreas do litoral, afastada que foi a proposta britânica que pretendia a sua aplicação ao interior. Portugal recebera a costa até ao estuário do Congo e o enclave de Cabinda, embora perdesse toda a margem norte desse rio, já que se reconhecera o Estado Livre do Congo e se criara uma zona de comércio livre no Zaire, da qual fazia parte uma faixa da região norte de Angola e de Moçambique. Assinado o Acto de Berlim, o ministro Barbosa du Bocage avançava rapidamente com uma nova estratégia, que iria agravar, nos finais da década de 1880, as relações entre Portugal e a Grã-Bretanha a propósito dos problemas africanos tornando-se Moçambique o fulcro da actividade diplomática entre os dois países. Essa alteração estratégica era transmitida em detalhe no ofício enviado em Maio de 1885 a Pinheiro Chagas, Ministro da Marinha e Ultramar e do qual sobressaía a persistência do velho sonho português da construção de um "novo Brasil" em África: — "Unir Angola a Moçambique, cortar de um lado a outro o continente africano, foi sonho dos nossos maiores (...) e bem cabida era esta ambição num povo que abrisse ao mundo o caminho de África, da Índia e do Brasil e que possuía, de um lado, as embocaduras do

(<sup>1</sup>) Valentim Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno, 1822-1891*, Lisboa, Sá da Costa, 1879, p. 62.

Zaire, do Quanza e do Cunene, do outro a foz do Limpopo, o delta do Zambeze e o curso do Rovuma. Quem melhor do que nós poderia realizar tão grandiosa obra? (...). Neste momento a atenção da Europa dirige-se com avidez para o continente negro e as mais poderosas nações fazem ardentes esforços a fim de criar ali mercados para os superabundantes produtos da sua indústria e abastecer-se de matérias primas cujas fontes conhecidas ameaçam exaurir-se. (...) Parece azado o momento para empreender a realização da sonhada obra, e propício o ensejo para chamar a colaborar connosco os capitais estrangeiros" (12). Barbosa du Bocage iniciara entretanto negociações com a França e a Alemanha para a fixação dos limites das possessões na África Ocidental e para poder abrir caminho entre Angola e Moçambique de modo a estender a acção política do Bié ao Zambeze através das terras dos Ambuelas e Marutzes e a trazer para o domínio português o império dos Matabeles. Daqui resultava o célebre mapa cor-de-rosa, publicado em 1886, e o agravamento da tensão nas relações anglo-portuguesas face à colisão deste projecto com o plano ambicioso e determinado de Cecil Rhodes. Este, a quem os contemporâneos, com algum exagero, chamavam o "Napoleão do Cabo", foi sem dúvida um dos grandes construtores do império britânico e, simultaneamente, o mais destacado adversário da política portuguesa em África, no último quartel do século XIX. Alguns dos seus biógrafos apontam-no como um homem dotado de um profundo sentido do dever cívico, e de uma extraordinária tenacidade colocando acima de tudo o engrandecimento da pátria. Mas não deixaram os mesmos de salientar o visível contraste entre a dimensão das suas aspirações e o "calculado cinismo" que caracteriza va os seus métodos de actuação, onde a mentira, o suborno e até a perfídia eram meios frequentemente utilizados para atingir os fins.

Cecil Rhodes chegara ao Natal ainda adolescente e tudo parecia fazer crer que o seu aparente misticismo o encaminhasse para a vida de pastor protestante como era seu pai. Mas não. Em breve partiria na direcção das minas de Kimberley, recentemente descobertas, à procura de meios de fortuna "levando na bagagem uma picareta, duas pás, os seus clássicos e um dicionário de grego" (13) e

(12) Veja-se de F. M. da Costa Lobo, "O Conselheiro José Luciano de Castro e o Segundo Período Constitucional Monárquico", *O Instituto*, vol. 99, 1940, pp. 141-145.

(13) Homem Christo, *Notas da minha vida e do meu tempo*, vol. TV, Lisboa, s.d., p. 210.

alimentando sempre a ideia de, um dia, poder frequentar a Universidade de Oxford. Em breve se tomaria um especulador e um grande empresário financeiro conhecendo em profundidade as potencialidades económicas e o carácter das populações do Transval e da Bechuanalândia. Pôde então voltar à Inglaterra e encetar, em Oxford, os estudos universitários tendo ali recebido a influência das doutrinas de Ruskin que preconizavam a urgência do alargamento do império colonial britânico, encarado como questão vital para o futuro da Inglaterra. Tendo adoecido gravemente aos vinte e quatro anos, Rhodes redigiu então o seu primeiro testamento propondo a aplicação de todos os seus bens na fundação de uma sociedade secreta destinada a promover a expansão do domínio britânico e a emigração do Reino Unido para todas as latitudes do globo, a ocupação de todo o continente africano e a inauguração do sistema de representação colonial no Parlamento Imperial, que devia defender e unir as diferentes partes do Império e, finalmente, "a fundação dum poder tão grande que no futuro tome as guerras impossíveis e proteja os mais altos interesses da humanidade. (...) W. I. Stead disse que foi esta a ideia que dominou a imaginação de Cecil Rhodes, e que ele pretendeu fundar uma sociedade composta por homens de fortes convicções e de grande riqueza, sociedade que deveria trabalhar pela unidade dos povos de língua inglesa, como a Companhia de Jesus trabalhou pela da Igreja Católica depois da Reforma. Os povos de língua inglesa foram para Cecil Rhodes o que a Igreja Católica foi para Inácio de Loiola. Tudo concorre para demonstrar que esta ideologia adquirida sob a influência da cultura universitária, dominou poderosamente a conduta de vida de Rhodes, que encontrara na África do Sul todas as condições necessárias para experimentar a sua eficiência construtiva com sólidas realizações" (14). Foi assim que Cecil Rhodes se propôs prosseguir, na esteira de Livingstone, a abertura do caminho para o interior projectando ligar a colónia do Cabo ao Zambeze através do corredor da Bechuanalândia que limitaria, por sua vez, a expansão dos *Boers* do Trans val para ocidente. Referindo-se nos seus discursos a este "corredor", Rhodes designava-o como o "canal de Suez" do comércio da colónia do cabo, o "gargalo da garrafa" ou a "chave da entrada" para o interior da África centro-austral. Em breve o Parlamento do Cabo, temendo entretanto o avanço dos Alemães já implantados no norte, junto a Zanzibar, se apressava a apoiar Rhodes

(14) *Idem, ibidem*, p. 211.

proclamando em 1885 o protectorado inglês na Bechuanalândia, essa importante faixa situada entre o Transval e o Calaari, que corresponde ao actual Botswana.

Em Portugal não havia já, nesta altura, quaisquer dúvidas sobre os objectivos da política expansionista britânica que visava, de acordo com o plano de Cecil Rhodes, conseguir o monopólio da exploração das minas de diamantes e do seu comércio, através de uma união de todos os interesses mineiros. A United De Beers Company era utilizada por Rhodes como um poderoso instrumento das suas ambições políticas tendo ele próprio declarado que esperava "aproveitar o poder da Companhia para chegar ao Zambeze e até ultrapassá-lo e dispendir os seus recursos para adquirir um país e formar um império" (15). Não tardaria, com efeito, que aquela Companhia se tomasse numa organização dotada de amplos poderes para se impor aos potentados indígenas e também aos Boers, aos Alemães e aos Portugueses que disputavam a referida área, e poder levar por diante a anexação de territórios até ao Zambeze. O país dos Matabeles e a Machona estavam incluídos no *mapa oficial* (Mapa cor-de-rosa), publicado em Lisboa e especialmente concebido para evidenciar as pretensões portuguesas junto dos governos estrangeiros com interesses naquela região africana. Mas Cecil Rhodes, sob a protecção da bandeira britânica que, em seu entender, devia "proteger" e "seguir o comércio", penetra com os seus agentes no país dos Matabeles e obtém do respectivo soberano — o Lobengula — não só a garantia do exclusivo de todas as minas do país mas até a autorização para expulsar quaisquer outros agentes que tentassem contrariar esta concessão. O Lobengula, só demasiado tarde conseguiria medir o alcance destas negociações (firmadas, aliás, num documento assinado de cruz) manifestando a sua amargura numa carta que enviou à Rainha Vitória: "Se a Rainha ouviu dizer que eu alienei todo o território, isto não é verdade. Eu não sei onde está a questão porque não sei escrever" (16). Mas o certo é que os poderes concedidos pelo governo de Lord Salisbury à "The British South Africa Company" eram tais, que não fixavam limites à expansão britânica para norte. O território da Companhia passava desde logo a denominar-se Rodésia, em homenagem ao seu fundador que não tardaria, aliás, a aniquilar o potentado africano, a afastar daquela

(15) *idem, ibidem*, p. 213.

(16) *Idem, ibidem*, p. 214.

área os Portugueses e a conquistar as repúblicas sul-africanas. Compreende-se, a partir daqui, o recrudescimento do interesse de vastos sectores da sociedade portuguesa pelas colónias e a crescente mobilização das forças militares sobretudo para Moçambique, com o intuito de submeter os potentados da região da Zambézia e de dificultar a navegação inglesa naquele rio, de acordo com um plano secreto que não tardaria, no entanto, a ser conhecido pelo Governo Britânico. Enganava-se o ministro português Barros Gomes ao acreditar num presumível apoio da Alemanha que, não obstante as negociações secretas estabelecidas com esse fim entre os dois países não tinha, efectivamente, idênticas ambições em África, nem qualquer interesse em hostilizar a Inglaterra (17). Em 1889 Cecil Rhodes financiava a ocupação da região do Niassa que em breve era colocada sob protectorado britânico. Sabe-se igualmente, que os incidentes entretanto ocorridos com a expedição comandada por Serpa Pinto, que invadira as terras dos Makololos na área do Chire, entre o Zambeze e o Niassa, desencadearam o conflito que já se adivinhava há alguns anos entre Portugal e a sua antiga aliada. O *Ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890, então classificado "brutal na forma e na essência" provocava em Portugal um abalo profundo podendo sublinhar-se que "além dos sentimentos antibritânicos, muito generalizados em Portugal no século XIX, também a crise económica aguda que o País atravessava contribuiu certamente para a amplitude da reacção à imposição inglesa" (18). A ideia de que a Corte cedera passivamente à violência exercida por uma nação estrangeira, provocava um descontentamento profundo e acentuava uma igualmente profunda divisão na sociedade portuguesa. A imprensa teve aqui, de resto, um papel determinante abrindo espaços às múltiplas expressões de patriotismo e a uma onda generalizada de protestos que acabariam por ter uma profunda repercussão em Portugal. O Convénio celebrado com a Grã-Bretanha, em Agosto de 1890, contendo disposições consideradas ofensivas para a dignidade nacional, (19) reactivou a agitação política tendo sido este o momento

(17) A Alemanha estava particularmente empenhada em manter boas relações com a Inglaterra. Era o próprio Bismark quem o afirmava em 1889, a propósito de uma questão com o Sultão de Zanzibar — "Nada fazer sem a inteligência com a Inglaterra; a Inglaterra é mais importante para nós que Zanzibar, e toda a África Oriental", Ângela Guimarães, *ob. cit.*, p. 175.

(18) Valentim Alexandre, *ob. cit.*, p. 192.

(19) Há indícios de que a política do governo inglês, adoptada no

propício, no entender de Basílio Teles, para fazer vingar um movimento revolucionário em Portugal. Porém, no decorrer das conversações havidas em Londres e à medida que as cláusulas que mais feriam o orgulho nacional iam sendo excluídas, o acordo foi conseguido e a efervescência política, que irrompera de todas as direcções, especialmente dos meios progressistas e republicanos, começava já a enfraquecer. Esta circunstância ajudará, por certo, a explicar o insucesso da já tardia revolta republicana do 31 de Janeiro de 1891.

A aceitação sem protestos do Tratado de 11 de Junho de 1891, que punha fim ao conflito luso-britânico, é reveladora da consciência já então dominante nas várias correntes de opinião, da incapacidade portuguesa de travar as ambições imperiais britânicas e os interesses consignados no plano de ligação do Cabo ao Cairo. Com a assinatura deste tratado caía por terra o projecto, persistentemente acalentado, da construção de um vasto e "novo Brasil" na África centro-austral ligando Angola e Moçambique, plano que se convertera numa imagem e num mito de acção e a que se dera o nome de *África Meridional Portuguesa*. Por isso, o acordo era na altura sentido em Portugal não como "o triunfo de uma causa justa" mas sim como "uma transacção decorosa em que se procurou pôr termo a um grave conflito já assinalado por dolorosos sucessos cuja prolongação poderia ser origem de ainda maiores desastres" (20). Entende-se hoje, aliás, que a política

desenrolar deste processo, não terá agradado desde logo a muitos ingleses: "Diz-se (...) que uma altíssima personagem inglesa *confidenciara* a um diplomata português: 'A Alemanha está connosco'. Foi no decorrer dum baile. A altíssima personagem inglesa era Eduardo VII, então príncipe de Gales. O diplomata português era o marquês de Soveral. Havia na Inglaterra muita gente poderosa a nosso favor. Era-o o próprio príncipe de Gales, pois o seu aviso, logo telegrafado para Lisboa, queria dizer: Não andem iludidos, acautelem-se. Como representante da corrente que nos era favorável, veio a Lisboa, como *apoio* de Salisbury, primeiro ministro, o coronel Jonhston, propor-nos uma conciliação. Parece que esta proposta nos era muito favorável. O governo português, por um lado, sempre cego com o fermentado apoio da Alemanha, não lhe fez *boa cara*. Por outro lado, Cecil Rhodes, que dela teve logo conhecimento, *contraminou* fortemente, com a sua poderosíssima influência e a habilidade que lhe era própria. Numa palavra: o governo inglês não podia resistir abertamente às influências e ameaças de Cecil Rhodes e o governo português, tendo Barros Gomes como ministro dos estrangeiros, foi duma inabilidade a toda a prova". Homem Christo, *ob. cit.*, p. 222.

(20) Declaração da Comissão da Câmara dos Pares, na altura da assinatura do Tratado de 11 de Junho de 1891, in Ângela Guimarães, *ob. cit.*, p. 187.



de prestígio adoptada por Portugal, sobretudo a partir da queda de Andrade Corvo (1879), e que terá persistido até aos anos setenta do século XX, esteve sempre acima das suas possibilidades reais e que o país, mergulhado numa grave crise económica e financeira acentuada nos começos dos anos noventa e confrontado com nações economicamente mais ricas, mais povoadas e mais dinâmicas, tinha absoluta necessidade de cortar os laços que o prendiam à Grã-Bretanha. E é, por certo, "nesta contradição fundamental que se deve procurar a explicação de todas as hesitações e erros cometidos pela diplomacia posta em prática para defender os territórios sobre os quais o país considerava ter direitos" (21). Sobre o problema da definição das fronteiras verifica-se, afinal, que a solução inglesa era bastante mais moderada que os desígnios de Cecil Rhodes e que Portugal ficava com a posse de vastíssimas áreas em Angola e Moçambique. E se é certo que nesta colónia imperavam as grandes companhias dominadas pelo capital estrangeiro Angola, pelo contrário, ficara reservada à exploração da metrópole vindo a contribuir para minorar a crise económica e financeira que assolava o país e que, em boa parte, se pode explicar pela natureza arcaica da sua produção agrícola, liquidada com a vinda maciça de trigo a baixo preço para a Europa e pelo aumento das importações de maquinaria e de matérias-primas necessárias à indústria — caso do carvão e do ferro — que elevam o *déficit* da balança comercial a proporções alarmantes. A ideia de uma aproximação à Espanha, proposta por alguns, não tinha grande receptividade tendo em conta não só o receio da concorrência e os resquícios de hostilidade que remontavam aos anos da União Ibérica, mas sobretudo a persistente ideia de império e a correspondente alternativa colonial reavivadas após o *Ultimatum* que, apesar de tudo, não apagara a quimera da construção de "novos Brasis". À sombra das medidas proteccionistas de 1892, as fábricas de tecidos de algodão produziam já em grande escala, quase não conseguindo responder às encomendas de tecidos ligeiros pedidos pela África Ocidental e que até aí se importavam exclusivamente de Manchester, ao mesmo tempo que as colónias em geral e sobretudo Moçambique, absorviam o excesso da produção vinícola da Metrópole. Mas não só o sector da indústria têxtil e os do comércio e da produção de vinhos impulsionaram o projecto colonial. A própria burguesia comercial

(21) Traduzido de Françoise Latour da Veiga Pinto, *Le Portugal et le Congo au XIXe siècle*, Paris, P.U.F., 1972, p. 41.

implantada na praça de Lisboa tinha vindo, ao longo do século, a especializar-se no comércio com as possessões africanas e, como comprovou Valentim Alexandre, já nos anos quarenta tinha força bastante para se fazer ouvir pelo Poder. É assim que, "nos últimos anos do século, estes interesses convergem, possibilitando o esforço de ocupação das campanhas de África" (22). Interpenetrando os interesses económicos, a ideologia assumiu, após o *Ultimatum*, um papel de grande relevo com repercussões directas na própria evolução política portuguesa no século XX. Os sentimentos nacionalistas tomavam corpo em torno da ideia de império tecendo-se mitos à volta dos territórios coloniais encarados como parcelas "sagradas" de um património inalienável a cujos direitos se associava a "vocação ultramarina" portuguesa.

## 2. *A geração de 1895 e o renascimento colonial*

Perante a crise económica, financeira e política que se acentuava em Portugal a partir de 1888 e que atingira o seu ponto mais crítico em 1890-1891, reforçava-se cada vez mais a ideia de alienar as colónias entendendo alguns literatos e políticos, como Oliveira Martins e o futuro Ministro da Marinha e Ultramar Ferreira de Almeida, dever começar-se pela venda do domínio longínquo de Timor, seguindo-se o de Ajudá (no Daomé) e o da Guiné. Mais tarde pensar-se-ia no futuro de Moçambique, onde entretanto Paiva de Andrade impulsionara a fundação da Companhia de Moçambique que se propunha lutar contra a "desnacionalização" daquela colónia. De forma particularmente realista, o historiador francês René Pélissier observa que "nunca as debilidades do Estado se tinham revelado a uma luz tão sombria como a seguir ao *Ultimatum* de 11 de Janeiro de 1890. É bom que se conheça este contexto da metrópole, tão fundamentalmente afastado de qualquer aventura colonial racional, para se ficar pasmado com o impacte que teriam os Centuriões [António Enes e a sua 'escola', cinco anos depois, ao travarem momentaneamente essa descida para o tumulto. A minoria politizada de Portugal recebeu dos Britânicos, em 1890, um banho gelado; mas

(22) Valentim Alexandre, *ob. cit.*, pp. 69-70. Veja-se o texto 2-3 desta obra, p. 106, que transcreve um requerimento de negociantes de Lisboa em 1844 e que terá dado origem à adopção de medidas importantes de política colonial.

não pareceu compreender que, à força de acalantar o sacrossanto mito da vocação imperial de Portugal, no seu descomedimento e na sua insaciável fome de territórios, se condenara ao irrealismo e, por esse mesmo motivo, à humilhação. Só com dificuldade viria a reconhecer que os pobres e os visionários arcaicos não tinham lugar de relevância na partilha do último continente a dividir. (...) Retrospectivamente, podemos afirmar que foi um milagre, atendendo aos factores negativos acima mencionados, que o imperialismo português tenha conseguido engolir uma tão grande parte do bolo africano (...)” (23). Note-se, entretanto, que a primeira passagem de António Enes por Moçambique, entre 1891 e 1892, significava por si só uma verdadeira tomada de consciência por parte dos poderes públicos da metrópole para a necessidade da definição de uma nova política colonial estando Moçambique e o seu futuro como colónia, no centro das grandes preocupações do momento. António Enes, que após ter completado o Curso Superior de Letras fora deputado e Ministro da Marinha e Ultramar, era agora enviado como Comissário Régio a Moçambique para rectificar, com os representantes britânicos, o novo traçado das fronteiras ocidentais daquela colónia. Ao percorrer, em 1891, todo o extenso litoral moçambicano, as imagens que retivera ter-lhe-iam causado, de imediato, algumas apreensões que acabaria por deixar registadas no célebre Relatório que em seguida apresentava ao Governo — “Tendo passado dias sobre dias, apesar dos impulsos vigorosos do hélice, a olhar para a costa, e a dizer comigo: *isto é nosso, ainda é nosso ...*, não pude ter-me que não perguntasse a mim próprio se tanta terra tão distante não era demasiada esfera de expansão para nós, que ainda não pudemos povoar o Alentejo e esgotamos para o Brasil as energias colonizadoras” (24). Tenha-se em conta, a este propósito, que Oliveira Martins havia manifestado um pessimismo bem mais acentuado ao longo de toda a década de 1880 quanto ao futuro de tão vasto império, numa África tropical hostil ao homem branco, portadora de todos os malefícios e onde o indígena era “o verdadeiro colono”, pondo assim em dúvida não só as capacidades colonizadoras dos Portugueses como até a receptividade e as aptidões dos indígenas (por ele designados de raças inferiores desprovidas de

(23) René Pélissier, *História de Moçambique. Formação e Oposição, 1854-1918*, Vol. I, Lisboa, Estampa, 1987, p. 168.

(24) António Enes, *Moçambique, Relatório apresentado ao Governo*, Lisboa, 1946, p. 11.

capacidade mental) para aceitarem as influências da civilização europeia. Nesta linha de pensamento, Oliveira Martins escrevia, em 1891, uma colectânea de artigos <sup>(25)</sup> sobre a África e a questão colonial, onde preconizava o abandono de Moçambique ou, pelo menos, a entrega da sua exploração a companhias concessionárias de modo a poder manter-se Angola, onde ele próprio sonhava poder ver ainda edificado um "novo Brasil". Com efeito, Moçambique encontrava-se já nesta altura e em boa parte, nas mãos do capital estrangeiro e o Estado português defrontava-se com a já referida grave crise financeira tendo contraído um empréstimo de algumas dezenas de milhões de contos aos Franceses "afiançadas pelo monopólio do fabrico e venda do tabaco" <sup>(26)</sup>. Enquanto isto, as "forças" colonizadoras saíam do país a um ritmo assustador que atingia os trinta mil emigrados por ano (como aconteceu em 1891) com destino ao Brasil. Com alguma razão o futuro Ministro da Marinha e Ultramar, Ferreira de Almeida, apresentava neste mesmo ano e uma vez mais ao Parlamento, um projecto de lei que propunha a venda de Moçambique para assim se promover o desenvolvimento de Angola. Sabe-se, com efeito, que aquela colónia da África oriental portuguesa não dispunha, até esta data, dos meios necessários para levar a cabo uma acção militar consequente, nem dos recursos navais indispensáveis ao patrulhamento de tão extensa frente de mar tendo uma capital implantada, até 1898, numa "ilha-presídio" que observava de longe um *hinterland* de áreas reduzidas ou meros núcleos portuários. Acrescenta-se ainda, que a instabilidade governativa bloqueava o funcionamento normal da administração, agravado pela ausência de uma política coerente da metrópole, que parecia não ter ainda planos de futuro para esta colónia longínqua. António Enes e a sua "escola" surgiam no momento sombrio do *pós-Ultimatum*, com a determinação de "prestar um serviço ao país em hora de amarguras e deslustres" <sup>(27)</sup> deixando a impressão de que as elites portuguesas tinham finalmente compreendido que só uma alternativa realista conseguiria atenuar a humilhação e travar a decadência. António Enes, ao escrever o seu *Relatório* sobre Moçambique, afirmava-se não só como um brilhante escritor, mas também como um audacioso

<sup>(25)</sup> Oliveira Martins, *Portugal em África. A questão colonial. O conflito anglo-português*, Lisboa, 1953.

<sup>(26)</sup> René Pélissier, *ob. cit.*, p. 169.

<sup>(27)</sup> António Enes, *ob. cit.*, p. 7.

pensador colonial, realista e pragmático, atraído por uma linha de inspiração anglo-saxónica, desde logo evidenciada pelo combate que moveu à legislação "liberal" de 1878 sobre o trabalho indígena e pelo impulso que imprimiu à conquista e "pacificação" do território.

Não há dúvida de que a primeira passagem de António Enes por Moçambique em 1891 e o seu mandato de Governador em 1895 acabariam por provocar a mais decisiva viragem no percurso colonial português do último quartel do século XIX. Em seu entender importava, antes de mais, fixar ideias para a solução dos problemas ultramarinos, reformular o sistema administrativo e, sobretudo, elaborar um regulamento de trabalho dos indígenas, a exemplo do que haviam feito os Ingleses na África do Sul. E se tudo o levava a pensar que "esses seres incompletamente conscientes e responsáveis a quem a crença nos feitiços e nos feitiçeiros perturba tanto o senso moral e intelectual" (28) só pelo trabalho poderiam entrar no "grémio da civilização", conviria igualmente não esquecer, como bem sublinhou o próprio António Enes, que era possível e imperioso fazer "muitos S. Tomás em Moçambique" desde que uma boa lei do trabalho compelsse os indígenas a fazer crescer a produtividade, da qual dependeria o futuro da colónia. Estes eram, igualmente, os anseios da burguesia colonial, hostil ao cumprimento da legislação de 1878 que definia o "regulamento dos serviços e colonos nas províncias da África Portuguesa", com vista a "consagrar a liberdade de trabalho". Com efeito, apesar das ambiguidades contidas nesse regulamento, não deixava ele de levantar obstáculos legais a muitos proprietários que, até aí, apenas tinham conhecido um único tipo de postura face aos indígenas, que não iria muito além da relação senhor/escravo. O futuro governador Ferreira de Almeida, já anteriormente evocado, refere-se às dificuldades criadas a muitos proprietários "agora que uma bem entendida lei os obriga ao pagamento do trabalho e a restringi-lo a dadas horas, é possível que esses agricultores caiam e desapareçam" (29).

Se era inegável que a escravidão havia sido abolida em 1869 pelo menos no plano legislativo e se tudo faria crer, sobretudo até à década de 1890, que as medidas legais, nomeadamente os princípios

C<sup>28</sup>) *Idem, ibidem*, p. 74.

(<sup>29</sup>) Citado por Adelino Torres, "Escravidão e economia colonial: o fracasso do liberalismo", in *Portugal Contemporâneo, (1851-1910)*, vol. 2, Alfa, 1990.

da liberdade de trabalho e do reconhecimento dos direitos dos africanos viriam a ter reflexos no plano dos comportamentos o certo é que, nestes finais do século, se acentuavam as contradições originadas por interesses mercantilistas e financeiros da metrópole e pelos próprios interesses da nova burguesia colonial, reforçada pelo aumento crescente da população branca. Estas contradições conduziram a um retrocesso formal no plano das formas de vivência e das relações humanas não tardando que os africanos voltassem à condição legal de indígenas, encarados em geral como "crianças grandes" e descritos por António Enes como "gentes bravias, que só poderão ser subjugadas em guerras (...), criaturas ínfimas que a civilização mal poderá aproveitar para instrumentos rudes de trabalho" (30). Nos finais dos anos noventa António Enes era, na metrópole, uma das figuras mais destacadas do regime presidindo ele próprio à comissão que elaborou o novo Regulamento do trabalho indígena, publicado em 1899, no qual ficava consagrado o *trabalho compelido*. A partir de então, como bem observou Adelino Torres, "abandona-se igualmente a ideia de 'assimilação imediata e uniformizadora' e encara-se mais a ideia de um enquadramento que, escapando tanto quanto possível às acusações internacionais de prática de *escravidão* e ou de *servidão*, dê inteira satisfação aos interesses da burguesia colonial (...) e seus associados na metrópole" (31). O decreto de 1899 introduzia assim uma nova forma de contrato de mão-de-obra, pouco consentânea com o "espírito liberal" da legislação precedente, ao mesmo tempo que marcava uma viragem na própria política colonial cada vez mais afastada das medidas propostas ou adoptadas pelos herdeiros de 1820, que pretendiam acompanhar o movimento europeu dos finais do século preconizando a implantação de uma economia de mercado nos territórios africanos e a integração das colónias na economia mundial. Não se ultrapassou, por isso, a fase do protocapitalismo, já que "a lei conservadora e moralista de 1899 escolheu o decrépito sistema semiesclavagista, sacrificando um futuro de riscos, é certo, a um presente encerrado no seu próprio apodrecimento. (...) O decreto de 1899 assinala a ruptura com a bem intencionada retórica liberal e assegura a sobrevivência de velhas inércias" (32). Refira-se, finalmente, que a legitimação das formas de

(30) António Enes, *ob. cit.*, p. 12.

(31) Adelino Torres, *ob. cit.*, p. 117.

(32) *Idem, ibidem*, p. 119.

contrato da mão-de-obra africana esteve sempre mais ou menos directamente relacionada com o próprio Estatuto dos Indígenas (estatuto civil dos africanos) que vai apresentando diversas versões ao longo das várias décadas. Comprovar-se-ia, afinal, que os africanos foram sofrendo gradualmente uma *capitis deminutio* em relação ao texto da Carta Constitucional, até à extinção do referido Estatuto, em 1961. O exemplo mais sintomático, desde logo o encontramos no Regulamento de Trabalho Indígena promulgado em 1911 pela I República, que reproduzia quase integralmente o de 1899 apresentando-se assim em flagrante discordância com o humanismo que emanava do ideário republicano.

Por tudo o que tem vindo a ser evocado, não parece haver dúvidas de que António Enes tenha sido uma figura de primeiro plano no panorama colonial português do *pós-ultimatum*. Tê-lo-á sido no que concerne aos escritos de circunstância, ao elaborar o seu extenso *Relatório* sobre Moçambique, onde propunha soluções para o problema da colonização com um mínimo de gastos, dada a ausência de capitalismo nacional e dos meios a dispender pelo Estado, num momento em que dominava em Portugal o tema da humilhação agravada pelos efeitos de uma profunda crise económica. Tê-lo-á sido igualmente nos meados da década de 1890 ao cumprir, novamente como Comissário Régio munido de plenos poderes civis e militares, o seu mandato em Moçambique inteiramente dedicado à "pacificação" do sul da província mostrando uma vez mais e agora no palco da guerra, que a complacência liberal para com os africanos continuava, em seu entender, a ser incompatível com o "forjamento" das colónias. António Enes tornava o ano de 1895 numa "epopeia" que originaria uma sequência de mitos longamente mantidos no inconsciente colectivo português, mas que dava ao mesmo tempo o impulso decisivo à conquista territorial já que, a partir daí, "com o ruído das botas que vinham do sul de Moçambique, se anunciava o tempo dos Centuriões que iam revolver a rotina das feitorias e das talassocracias do Norte. (...) No Norte, a realidade dos homens e do terreno era muito diferente. Ali, a louca temeridade e as gloriosas cavalgadas tinham de ceder a prioridade a sombrios problemas. No Sul era o marcial cantar de galo, as *relações públicas* da conquista. No Norte eram as mordiscadelas sem penacho, os casozinhos obscuros em que se apanhavam mais febres que galões" (33). Da geração de 1895

33) René Pelissier, *ob. cit* vol. I, p. 257.

fazia parte, para além de Antonio Enes, um corpo de oficiais portugueses entre os quais se destacavam alguns membros que iriam estar presentes em toda a história colonial dos últimos tempos da monarquia. Era a *Escola de Enes*: Alfredo Augusto Freire de Andrade, Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, Ayres de Ornelas e Vasconcellos, Eduardo Augusto Ferreira da Costa e o "paladino sem medo" <sup>(34)</sup> Joaquim Mouzinho de Albuquerque, antigo governador de Lourenço Marques e futuro Comissário Régio e Governador Geral de Moçambique (1896-1898). O plano elaborado para a conquista de Gaza, baseado em informações fornecidas pelo major Alfredo Augusto Caldas Xavier, conseguiu manter-se secreto propondo-se utilizar soldados brancos na sua quase totalidade, que formariam duas colunas a partir de Lourenço Marques e de Inhambane para envolver Gaza numa enorme tenaz. Não há hoje quaisquer dúvidas de que o drama de Gaza teve um prolongado e doloroso desenvolvimento, entre pesadelos, sobressaltos, hesitações e desespero. Ficaria, porém, a cena final do drama que envolveu a captura do Gungunhana, no meio dos seus, em Chaimite, para fazer vibrar não só os militares mas todo o Portugal, a um ritmo de "epopeia" que rapidamente se transformaria num "mito profundamente arraigado no património mental de um povo que durante muitos séculos não parecia conceber a sua história colonial senão como uma história mítica" <sup>(35)</sup>. Poderá afirmar-se que Chaimite tenha sido efectivamente na História de Portugal, o mesmo que Austerlitz foi na nação francesa? Pelo menos, não será talvez sem motivo, como ainda sugere René Pélissier que, "mais de setenta anos depois desses acontecimentos, as autometralhadoras couraçadas saídas das fábricas portuguesas durante o período final do regime salazarista, no momento em que a guerra colonial (1961-1974) atingia o seu auge, foram baptizadas de *Chaimites* (...) em memória do golpe de mão de um oficial de cavalaria que, no final do século passado, jogou 'tudo ou nada', alcançou a 'glória' [a qual sempre se manteve puramente nacional], um lugar de governador-geral, honrarias talvez excessivas e um desvalimento que o levou ao suicídio. Chaimite, tal como a vida do seu herói, foi um episódio, ulteriormente ataviado de romantismo marcial a fim de contrastar com a morbidez dos tempos" <sup>(36)</sup>.

<sup>(34)</sup> *Idem, ibidem*, vol. I, p. 258.

<sup>(35)</sup> *Idem, ibidem*, vol. II, pp. 301.

<sup>(36)</sup> *Idem, ibidem*, vol. II, pp. 301-302.



Importará ainda sublinhar que essa elite determinada de oficiais às ordens de um homem de pensamento e brilhante literato, mantinha vivo o sonho de refazer o império e não tinha dúvidas de que, só através da demonstração da força e do poder, Portugal se poderia impor em África. O tempo da diplomacia baseada nas ofertas aos chefes nativos (*saguates*) e das levas de degredados, a época "das untuosas tramoias dos negociantes de zurrapa e pano-patente" (37), chegava ao seu fim com o desabrochar desta geração de 1895, cujos oficiais iriam, daí em diante e na sua maior parte, constituir os quadros médios e superiores das campanhas e ou da administração das colónias. E assim sendo, não será possível de modo algum "substimar a influência do Sul de Moçambique na história imperial portuguesa, visto que esta influência infundiu numa casta frágil uma invulgar confiança nas suas capacidades contrastando com o perverso desencanto da melancólica sociedade da sua época. Inculcou-lhes, igualmente, um profundo desprezo pelos Africanos e pelas suas capacidades militares. Por muito deplorável que isso seja, colocou-os no mesmo nível em que os colocavam os seus homólogos dos outros países europeus. Além disso, seria também a sua salvação, pois essa redescoberta confiança na sua estrela far-lhes-ia esquecer que, por muito valentes que fossem, eram sempre os Centuriões de um país pobre e fraco, que tinha de realizar a conquista sem os meios materiais e humanos de que dispunham as outras metrópoles. A este respeito, podemos dizer que António Enes estrearia, em 1895, a sua melhor peça longe dos palcos lisboetas, mas com um punhado de actores principais que não esqueceriam tão depressa a sua participação no gigantesco psicodrama com guarda-roupa e cenários reais. Um psicodrama e um exorcismo que iam sobreviver à queda da monarquia e até às humilhações da Grande Guerra e cujos efeitos se fariam sentir durante o tempo suficiente para que a ditadura militar de 1926 deles tirasse ainda o seu ganho e os incluísse na mitologia colonial dos anos 1930-1970" (38). Durante toda a década de 1890 e até

(37) *Idem, ibidem*, vol. II, p. 267.

(38) *Idem, ibidem*, vol. II, pp. 267-268. Péliissier recomenda, em nota, a leitura da "equilibrada introdução de Marcello Caetano, que descreve bem as relações dos Centuriões entre si e fornece, por meio de uma selecção de cartas dos protagonistas, uteis complementos aos relatos 'oficiais' da campanha de 1895. As intrigas entre Centuriões não destoavam do ambiente colonial fértil nesse género de entretenimento". Veja-se Marcello Caetano, *As campanhas de Moçambique em 1895, segundo os contemporâneos*, Lisboa, 1947.

aproximadamente aos finais da segunda década do século XX, tiveram lugar no terreno das colónias portuguesas do continente africano sangrentas guerras de desgaste tendo aqui sido evidenciados, pela sua singularidade, alguns pormenores do episódio de Gaza em Moçambique, de que resultou a rendição do Gungunhana em 1895. A "pacificação" das restantes áreas desta província seria concretizada com visível rapidez e ainda nos finais dos anos noventa (1897), contrastando com as ocupações militares em Angola e na Guiné, que se prolongariam, respectivamente, até 1916 e 1915. No caso de Angola, sabe-se que a grande viragem da sua história, nos inícios do século XX, teve lugar durante o mandato de Paiva Couceiro como Governador Geral (1907-1909), apelidado de "o grande fulminador" e sem dúvida o intransigente e pragmático visionário e o voluntarista que levou a cabo a conquista planificada obedecendo a uma lógica estratégica e comercial que bem evidencia a sua extraordinária capacidade de "forjar" colónias dando prioridade à ocupação das fronteiras, à "pacificação" das populações insubmissas, à eficácia das transacções, à recolha dos impostos (o imposto de cubata fora restabelecido em Angola em 1906 por Ayres de Ornellas) e ao povoamento europeu que havia de garantir a correspondente colonização agrícola. Com Artur de Paiva, iria Paiva Couceiro pôr em movimento a máquina de guerra em direcção ao Bié, ao Bailundo e a Benguela, para vingar a morte de Silva Porto e, com ela, a honra nacional, enquanto os reinos do interior iam perdendo a sua independência tornando-se fornecedores de mão-de-obra contratada para a colonização branca. Quanto ao Sul de Angola, durante pelo menos doze anos, seria um palco de guerras com uma intensidade e uma participação das tropas europeias até aí pouco habituais agitando a opinião pública da metrópole que ainda via Angola circunscrita aos degredados e às guerras intermináveis do sul. Não admira, pois, que este tema se tornasse, depois das vitórias de Mouzinho de Albuquerque em Moçambique, o centro das inquietações coloniais, no seio das elites informadas portuguesas. Talvez por isso, o regresso a Lisboa dos expedicionários triunfantes do Cuamato fosse festejado de uma forma jubilosa e invulgar tendo o rei D. Carlos feito ao comandante Roçadas, no cais do Tejo, a entrega do seu próprio colar de Grande Oficial da Torre e Espada. Também na Guiné, nos inícios do século XX, o governador Soveral Martins, igualmente apelidado de "Centurião" por René Pélissier, pedia tropas regulares brancas à moda de Enes e de Mouzinho de Albuquerque e fazia, ao mesmo tempo, aplicar a lei que obrigava ao pagamento do imposto de palhota,

que havia de funcionar como o principal motor da conquista daquele território até ao desmantelamento das últimas malhas independentes, levado a cabo por Teixeira Pinto entre 1913 e 1915. A equação formulada por Mouzinho de Albuquerque nos finais dos anos noventa é, de resto, bem esclarecedora sobre a ideia que então se pretendia ver associada à prática colonial: colonização = ocupação militar + sujeição ao imposto, ao trabalho obrigatório e aos funcionários da alfândega. Não há dúvida de que o Regulamento de Trabalho Indígena publicado em 1899 dava, de imediato, satisfação a um dos elementos basilares desta pretendida igualdade — o trabalho compelido — ao mesmo tempo que os sucessos da conquista militar iam fazendo marchar as fronteiras em direcção aos limites fixados pelos convénios internacionais e que iam surgindo os primeiros sinais de um ainda tímido renascimento colonial. Não deixará de ser sintomático que, ainda nos anos de 1903-1904, a emigração portuguesa para a África representasse apenas 8,3% do total e que a grande maioria dos emigrantes seguisse com destino ao Brasil (66,8%). Com efeito, a "ocupação efectiva" implicava ainda a oferta de novas garantias e mais compensadoras condições que viessem a atrair a emigração portuguesa, que tinha ainda as Américas como destino preferencial, já que à colonização da África se colocavam ainda numerosos e graves problemas, para cuja solução se entendia serem necessárias "todas as energias nacionais" e o envolvimento de novos sectores da sociedade portuguesa. A este respeito, é justo destacar o impulso dado pelos intelectuais, nomeadamente pela Universidade portuguesa, ao desenvolvimento da ciência colonial e ao reconhecimento da urgência da educação colonial. Pode dizer-se que, nestes inícios do século XX, longe iam já os tempos em que os estudos sobre a aclimação e a emigração concluíam que a colonização da África era inviável e que este continente era o "país da morte" para os Europeus. Sabia-se agora que a colonização não só era possível mas representava uma questão vital para a Europa. A Universidade criara entretanto, na sua Faculdade de Direito, a cadeira de Administração Colonial regida por Mamoco e Souza e Ruy Ennes Ulrich e as lições que aqui foram ministradas terão constituído os alicerces teóricos fundamentais da política colonial seguida a partir de então. Com efeito, ali estavam contempladas as mais modernas teorias apresentadas em Congressos internacionais devendo referir-se que as mesmas lições se destinavam já a formar os quadros da Direcção Geral do Ultramar, enquanto não entrava em funcionamento a Escola Superior Colonial, criada em Lisboa em 1906. A propaganda colonial era igualmente um tema de

época. É que, "por mais perfeita e bem orientada que seja a acção colonial do Estado, ella só por si não bastará, carecendo da actividade fecunda dos individuos e das familias. Doutro modo manteremos nas colonias viveiros de funcionarios, mas a occupação económica será toda dos estrangeiros, mais emprehendedores e porventura mais conhecedores dos nossos dominios, acerca dos quaes se teem publicado no estrangeiro trabalhos mais documentados e completos do que os que regista a bibliographia portugueza" (39). Importava assim atrair para as colónias as atenções dos Portugueses através de uma propaganda colonial eficiente e promover a formação de bons colonos e de competentes administradores. Neste último ponto, os estudos de administração colonial pareciam ter um papel relevante sendo considerados na época como uma das mais felizes e vivificantes iniciativas no quadro da reforma universitária de 1901 tendo em conta a importância que, na altura, se atribuía ao conhecimento dos princípios e doutrinas coloniais, encarados como imprescindíveis ao exercício das funções administrativas do ultramar e à orientação da opinião pública. Quanto ao sistema político a adoptar nas colónias e em contraste com a visão centralizadora defendida ao longo da última década do século XIX nomeadamente por António Enes, que entendia que "o Terreiro do Paço é quem governa todo o mundo português", parecia agora tomar corpo uma nova ideia bem ao gosto da época. Com efeito, no primeiro Congresso Colonial, inaugurado em 1901 por D. Carlos, era apresentado um programa de oito pontos tendentes a consagrar uma maior autonomia às colónias (a autonomia, nesta época, era sinónimo de descentralização). Invocavam-se como modelo deste sistema as colónias inglesas da África do Sul, a colónia holandesa de Java, na Insulíndia, e o "florescente" império inglês da Índia. Ali se argumentava, a este propósito, que a resolução dos problemas das colónias não se compadecia com o tempo gasto em Lisboa à procura de soluções nem com a demora destas a chegar. Além disso, as colónias arrecadariam as receitas indispensáveis à satisfação dos seus próprios encargos financeiros. Um sistema descentralizado era aqui defendido por homens ligados à administração, por militares desejosos de prestígio e de poder, por intelectuais republicanos deportados devido à sua prática política como era o caso de José de Macedo, por intelectuais monárquicos como Ruy Ennes Ulrich, por governadores

(39) Ruy Ennes Ulrich, *Politica Colonial. Lições feitas ao curso do 1º anno jurídico no anno de 1908-1909*, Coimbra, 1909, p. 722.

e Altos Comissários como Norton de Matos, considerado como a réplica lusitana de Cecil Rhodes. Norton de Matos preconizou e pôs em prática uma vasta série de medidas no sentido de fazer renascer o império, em visível decadência no tempo da I República. Na verdade, se a tónica da propaganda republicana após o *Ultimatum* incidia particularmente no renascimento colonial, não está no entanto comprovado que a República tenha explorado as colónias de uma forma visivelmente vantajosa para Portugal. Não terá sido certamente a instabilidade política a única causa, mas também uma forte concorrência, responsável pelo declínio do comércio da borracha e do café de S. Tomé. Esta circunstância terá afectado mais profundamente os interesses daqueles que, talvez por isso mesmo, iriam formar a coligação social que, em 28 de Maio de 1926, substituiu a República por um regime militar. Daí, ser frequente afirmar-se que o declínio das colónias terá acelerado a queda do regime republicano.